

# SOBRE RECEPÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: NOTAS EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS

---

JOSÉ RICARDO CARVALHEIRO

LABCOM/UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

## RESUMO

Mais ainda do que nos estudos mediáticos sobre a actualidade, a investigação sobre a história dos *media* sofre de um acentuado desequilíbrio a favor da análise das tecnologias, das instituições e dos textos, que tem deixado mais ou menos na sombra a pesquisa empírica acerca das práticas das audiências no passado.

Este artigo começa por argumentar acerca da pertinência da investigação histórica no campo da recepção. O texto examina, de seguida, o conceito de recepção, tentando verificar que potencialidades e limitações ele coloca à investigação de cariz histórico. A reflexão teórica é acompanhada com aspectos metodológicos e elementos empíricos de uma pesquisa-piloto sobre a recepção mediática nas décadas de 1940 e 50 em Portugal, baseada em fontes orais.

## PALAVRAS-CHAVE

Recepção, história, memória, histórias de vida

As possibilidades empíricas da investigação histórica sobre recepção requerem uma reflexão acerca deste campo de estudos, onde coexistem diversos paradigmas que se traduzem num certo número de conceitos distintos, cujas potencialidades epistemológicas para a pesquisa histórica são desiguais. O essencial deste texto consiste, por isso, em ultrapassar uma noção vaga do que é a recepção mediática (por vezes usada para designar imprecisamente tudo o que se passa do lado das audiências), tentando discriminar especificamente a que se refere o conceito dentro das tradições teóricas que o têm utilizado e desenvolvido.

Também pertinentes para a pesquisa histórica, os conceitos de *usos dos média*, de *consumo* mediático e de *experiência* mediada assentam em bases paradigmáticas diversas e iluminam diferentes vertentes das práticas das audiências, merecendo uma apreciação atenta que não é possível conceder no espaço deste artigo.

## 1. PORQUÊ ESTUDAR A HISTÓRIA DA RECEPÇÃO?

A recepção dos *mídia* está decisivamente articulada com o carácter da modernidade. Apoiada na expansão das sociedades e na sua diferenciação interna, a modernidade envolveu simultaneamente crescentes necessidades de coordenação social e um projecto de progressiva autonomização dos sujeitos, duas faces de um processo histórico em que a recepção mediática se tornou uma instituição social.

De um ponto de vista histórico, generalizar socialmente a recepção significou introduzir separações sistemáticas entre o espaço e o tempo dos actos comunicativos, bem como distâncias entre participantes na comunicação, não apenas entre produtores e receptores (figuras só concebíveis a partir destas transformações comunicacionais), como entre os próprios receptores. Desse modo, a recepção fez emergir essas entidades caracteristicamente modernas que são as audiências mediáticas, reunindo indivíduos dispersos dentro de colectivos simbólicos; mas também podendo dispersar simbolicamente grupos com experiências imediatas comuns.

Este movimento histórico contém o dilema moderno da regulação social *versus* autonomização do sujeito porque nele se estabelecem tendências divergentes. A inclusão dos actos de recepção mediática na vida dos indivíduos configura ligações e acessos entre elementos antes incomunicáveis, mas também faz emergir relações assimétricas entre produtores e receptores, logo novas questões de poder entre participantes nos contextos de comunicação.

A um nível geral, estudar a história da recepção significa, portanto, tentar perceber como um conjunto de transformações de

vasta amplitude se concretizou nas vidas quotidianas através da instituição progressiva de novas práticas sociais que continham um variado leque de possibilidades: acesso a novos universos simbólicos, inéditas ligações comunicativas e opções de filiação colectiva; mas também reconfigurações da regulação social, de relações hierárquicas e de mecanismos de dominação ideológica.

Este é o primeiro argumento a favor da pesquisa histórica da recepção, que pode ser resumido como a tentativa de compreender as práticas das audiências dentro de movimentos diacrónicos que foram oscilando entre os pólos da coordenação social e da autonomização do sujeito (também definíveis como dinâmicas de regulação e de emancipação) ou que procuraram conciliar os dois termos da equação iluminista sobre a modernidade: como viabilizar uma comunidade de sujeitos autónomos (Garnham, 2000). Como é hoje sabido, estas dinâmicas não são apreensíveis pela estrita análise histórica dos meios de comunicação e das mensagens que estes veiculavam, dado estes pouco dizerem sobre a efectiva recepção, nomeadamente aquela que, praticada por audiências populares, ficou semioculta nas fontes históricas cultas e legitimadas (Martín-Barbero, 1991).

Um segundo argumento a favor da investigação do passado é que a instituição da recepção enquanto prática social adquiriu configurações variáveis consoante as épocas e os locais, tomando especificidades próprias de cada contexto de acção. O que mudou de facto no quotidiano das pessoas em cada fase de alargamento da recepção mediática? Qual a importância e o sentido de cada uma das transformações? Elas foram graduais e de pequeno alcance ou foram rápidas e profundas? Esta variabilidade diz-nos que o impacto dos *media* nas sociedades só é plenamente perceptível através de perspectivas históricas dos seus modos de recepção, e não de concepções naturalizadas da relação entre indivíduos e tecnologias, nem de análises descontextualizadas das mensagens comunicacionais. O estudo de como determinadas práticas de recepção se instalaram permite desnaturalizá-las

e perceber como a sua instituição não tem apenas a ver com o tipo de inovações tecnológicas, mas também com as circunstâncias culturais e sociais que oferecem aos indivíduos algumas formas de adoção possível dos *media* (Peters, 1999; Moores, 1988; Johnson, 1981). Uma componente de radicação socio-histórica concreta é fundamental para o estudo dos *media* como fenómenos sociais e não como meros artefactos veiculadores de textos.

O terceiro argumento a favor da pesquisa histórica de recepção é que ela serve também para alertar contra as tentações de falta de historicidade na abordagem contemporânea das práticas de recepção. Se os modos de nos relacionarmos com os *media* podem parecer-nos hoje óbvios e inevitáveis, a História é capaz de mostrar que eles se enraizaram devido a condições específicas e que foram resultado de certas circunstâncias e relações de forças.

Uma quarta razão é que investigar a história da recepção não vale apenas pela luz que possa fazer sobre um determinado período da implantação dos *media* na sociedade, mas contribui também para a compreensão do lugar que os diversos meios de comunicação foram adquirindo enquanto prática incrustada no quotidiano, num processo cumulativo e dialético que constitui a sua sequencial entrada em cena e a adoção por parte das audiências.

Um quinto argumento reside na baixa notabilidade das práticas de recepção. As práticas das audiências, sobretudo à medida que as sociedades mais se mediatizaram, foram-se constituindo como um campo crescente mas etéreo da vida quotidiana, raramente registado documentalmente, e acrescido de uma percepção de banalidade e irrelevância por parte dos próprios indivíduos (Ruddock, 2007). Ao contrário de outros fenómenos cuja noção de importância social estimula o seu registo documental pelos próprios contemporâneos, com banais práticas quotidianas como a audição da rádio a tendência é para se produzir poucos ou nenhuns registos espontâneos, o que aumenta a pertinência dos que possam resultar do trabalho de pesquisa. Investigar o passado da relação entre as audiências e os *media* vale, assim, como resga-

te de um conjunto de práticas desvalorizadas pelo senso comum que se arriscam a ficar num limbo da História.

Um sexto motivo é a fugaz acessibilidade de dados empíricos significativos. Se alguns meios de comunicação “tradicionais” – nomeadamente a rádio e a televisão – são fenómenos relativamente recentes, ainda estarão acessíveis dados empíricos potencialmente preciosos acerca dos processos da sua apropriação social num passado historicamente inovador e marcante, mas suficientemente próximo de nós para ser recolhido através de testemunhos vivos. Estudar as práticas desenvolvidas, por exemplo, em torno da rádio na década de 1940, é algo ainda empiricamente possível – mas não o será por muito tempo. Uma recolha oral de testemunhos entre as pessoas ainda capazes de prestá-los é capaz de fornecer material cujo desaparecimento está iminente.

Uma última razão diz respeito à abordagem da recepção como fenómeno social transversal e popular, ou seja, como acção praticada por gente comum. A história, dos *media* como a de outras instituições, tende a ser feita a partir de fontes documentais – isto é, sobretudo a partir do ponto de vista dos grupos com maiores recursos e privilégios. Daí, também, que a existência de (poucas) fontes escritas sobre a recepção dos *media* no passado (em romances, diários, ensaios, na própria imprensa) tenda a cingir-se a perspectivas de membros das elites. No que toca às audiências comuns, portanto, este tipo de material é especialmente etéreo. Indagar sobre antigas práticas junto de receptores de grupos socialmente desfavorecidos tende, assim, a corresponder a algo de raramente registado ou mesmo de sistematicamente desconhecido.

Em certos contextos, como o português, pode acrescentar-se ainda um outro factor que confere importância ao estudo histórico da recepção, o qual decorre da longa ausência de produção académica sobre as audiências mediáticas até à consolidação do regime democrático, no último quartel do século xx. Ao contrário do que aconteceu em locais como os Estados Unidos, onde

houve pesquisa contemporânea, por exemplo, sobre a recepção da rádio nos anos 40 (Herzog, 1944), em Portugal não se dispõe de dados consistentes sobre a recepção durante um extenso período em que ela se foi implantando.

Sem menosprezo por outro tipo de fontes e de épocas, este conjunto de argumentos leva-nos a eleger como particularmente pertinentes na pesquisa histórica da recepção as fontes orais acerca de períodos não remotos. É, sobretudo, a pensar em meados do século xx e na implantação da rádio e da televisão, que este texto se desenvolve.

## 2. A RECEPÇÃO

Embora não se possa abordar aqui os conceitos de uso ou de consumo dos *media*, refira-se que são algumas das suas limitações que tornam pertinentes as teorias da recepção. Uma das insuficiências que se pode apontar ao conceito de uso é que ele dá atenção à relação dos indivíduos com os géneros mediáticos e os meios técnicos, mas negligencia a relação destes com as mensagens. E algumas das objecções que se pode dirigir ao conceito de consumo é que, por um lado, as formas simbólicas não são simplesmente consumidas – elas implicam significados – e, por outro lado, esses significados também não correspondem a uma mera assimilação das mensagens – estas não são alvo de um mero consumo.

A noção de recepção salienta-se, pelo contrário, por introduzir a ideia de que, se as audiências são activas, o fundamental dessa actividade reside na produção de sentido que os próprios sujeitos levam a cabo no processo de leitura dos textos mediáticos.

O conceito de recepção é o mais rico e complexo de todos os que têm sido empregues para pensar as práticas das audiências. Mas contém uma pluralidade de facetas e tem sido alvo de várias reformulações na abordagem ao que são as práticas dos receptores. Daí que seja necessário fazer algumas digressões pela teoria – e a sua história – para poder apreciar as suas (in)adequações à pesquisa histórica.

Em primeiro lugar, o próprio conceito de recepção tem uma biografia inseparável da história dos estudos sobre comunicação e cultura. A sua génese situa-se num paradigma comunicacional positivista, cuja epistemologia se centrou na decomposição sequencial dos processos comunicativos em parcelas identificáveis e que, portanto, descola da ideia de comunicação como processo circular, interactivo e contínuo. Se, por um lado, esta conceptualização da recepção como um elemento analiticamente isolável está na base da sua investigação empírica, por outro lado, a ideia de recepção é aqui teoricamente indesligável da sequência emissão-mensagem-recepção, o que faz dela um elemento dependente no seio do processo comunicativo e tendeu a ligá-la fortemente ao estudo dos efeitos e a uma lógica linear.

Historicamente, a expansão das mediações tecnológicas deu um estímulo fundamental para a emergência deste paradigma e do conceito de recepção. Enquanto o predomínio social da conversação oral não punha em causa uma concepção dialógica e circular da comunicação, a generalização de formas comunicativas envolvendo distanciação de espaço e tempo estimulou uma teoria da transmissão entre emissores e receptores. O conceito de recepção tem, pois, na sua carga genética esta separação entre participantes dos actos comunicativos; e o facto de se assistir a uma profusa materialização de mensagens (fixadas em suportes que os arrancam ao momento de produção comunicativa) permite-lhe pôr a tónica na relação do receptor com a mensagem (abstraída das circunstâncias da sua produção). Esta tónica não é exclusiva das ciências da comunicação, dada a tradição de as humanidades estudarem a recepção de obras literárias e artísticas, recebidas precisamente a uma distância espaço-temporal do momento (e do contexto) de criação artística.

Um dos aspectos observáveis em investigações sobre a história da recepção é precisamente o dos processos diacrónicos em que se vai dando a confrontação, tendencialmente crescente, dos indivíduos com mensagens desincrustadas da sua produção, o que

no fundo corresponde à formação das audiências mediáticas. A consolidação da recepção como prática social corresponde à banalização de contextos comunicativos em que os indivíduos se tornam, ao mesmo tempo, dependentes da emissão/produção e separados dela. Os discursos públicos que foram acompanhando este processo são outra matéria-prima para a pesquisa histórica, na medida em que revelam o modo como foi sendo concebida, e proposta politicamente, a comunicação.

Neste aspecto, a recepção situa-se no cerne da modernidade e da sua dualidade enquanto projecto em que, por um lado, se desenvolvem novas formas de regulação e coordenação requeridas por sociedades crescentemente complexas e, por outro lado, se criam condições para a emancipação e a autonomia individual.

As teorias sociais, e as abordagens da comunicação de uma maneira geral, podem ser vistas como situando-se mais ou menos próximas de um destes dois pólos da narrativa moderna.

O paradigma que cunhou o conceito de recepção filia-se nas teorias que perspectivam a modernidade pelo prisma das necessidades de coordenação de sistemas sociais cada vez mais complexos. Se, de facto, virmos a modernidade como dialética entre formas de regulação social e formas de emancipação do sujeito, verificamos que o conceito de recepção surgiu do lado das teorias mais preocupadas com a regulação, a coesão e a integração social. Foi o caso da “teoria da informação”, que visava a eficiência comunicacional dos pontos de vista físicos e de engenharia (Shannon, 1963), assim como da teoria funcional da “comunicação de massas”, significativamente impulsionada por um estudioso da propaganda política na primeira metade do século xx (Lasswell, 2000).

Do lado das teorias mais preocupadas em perceber os mecanismos de dominação e as condições de libertação do sujeito, instalou-se uma tradição ao longo de quase todo o século xx – de Brecht a Baudrillard, passando crucialmente pela escola de Frankfurt –, que preferiu salientar a existência de uma relação as-



simétrica, ou mesmo uma relação de não-comunicação, entre o receptor e o emissor no âmbito da comunicação de massas (Adorno, 2003; Baudrillard, 1995). A ideia de emancipação tendeu a ser abordada, não com o conceito de recepção, mas sobretudo através da ideia de participação. Logo nos alvares da radiodifusão, Brecht desejou uma rebelião do ouvinte, que deveria ser ativado e reabilitado como produtor. “Não basta a informação”, escreveria nos anos 30, é preciso converter a rádio “de aparelho de distribuição em aparelho de comunicação” e de “intercâmbio” (Brecht, 2003: 13).

Dentro das teorias que perspectivaram dinâmicas socio-históricas de dominação e emancipação, poucos foram os que não condenaram sumariamente a recepção mediática por parte das massas – uma exceção foi Walter Benjamin (1992). E mesmo Richard Hoggart, o “pai” dos estudos culturais britânicos que se notabilizariam pela ideia de resistência das audiências (ideia cunhada pelo próprio Hoggart), considerou, em 1957, que a diversão de massas fornecida por *media* comerciais crescentemente centralizados representava, para a maioria das classes trabalhadoras, a subordinação por outros meios (Hoggart, 1973).

Na verdade, as primeiras décadas do século xx corresponderam ao que o historiador dos *media* Patrice Flichy considerou a passagem das telecomunicações de um paradigma de transmissão ponto a ponto (destino inicial da rádio) para um paradigma de difusão, em que o sistema de *broadcasting* se tornou no principal pilar da cultura de massas (Flichy, 1994: 176). Tal mutação, que acelerou e generalizou a prática da recepção em meados do século, oferecia novos mecanismos para a regulação social – pela articulação dos *media* com o poder do Estado, o desenvolvimento capitalista, os centros de produção ideológica; mas, simultaneamente apresentava potencialidades para a autonomização do sujeito – dado o contexto moderno de secularização, de declínio da ortodoxia da tradição, de possibilidades de racionalidade crítica. Autores como Benjamin e Hoggart não deixaram de notar essa

potencialidade no próprio decurso do processo histórico, vislumbrando no alargamento da recepção novos recursos em busca de conhecimento, emancipação e igualdade.

A história da modernidade é suficientemente complexa e ambivalente para hoje ser reconhecida como a expansão de mecanismos de controlo e poder disciplinador, mas, ao mesmo tempo, incluir mais autonomia para a individualidade, a reflexividade e a diferença (Garnham, 2000: 35). A generalização das práticas da recepção mediática esteve decerto implicada nestes movimentos, provavelmente também de modo ambivalente, e o que compete à investigação histórica neste domínio é tentar identificar as circunstâncias, os períodos e os actores em que as mensagens dos *media* foram ocasião reflexiva ou estímulo à alienação, discussão ou regulação ideológica, desenvolvimento pessoal ou diversão ligeira, questionamento ou conformidade perante desigualdades.

Uma crítica que se pode fazer à concepção marxista de consumo cultural enquanto inacção, inexpressividade e alienação, é que as formas simbólicas não são consumidas como um objecto qualquer, mas implicam uma actividade de significação por parte dos consumidores, algo que o conceito de recepção ajuda a pôr em evidência.

### 3. A PRESENÇA DOS SIGNIFICADOS NA RECEPÇÃO

Uma vez que a recepção põe a sua tónica na apreensão das mensagens, trata-se de um conceito que coloca em relevo a questão semântica. Mas, na verdade, várias teorias da comunicação e da cultura obstinaram-se durante bastante tempo em ver o significado das mensagens apenas nelas próprias.

De um lado, a investigação dominante em comunicação de massas abarcou incontáveis buscas dos efeitos das mensagens nos receptores, segundo um modelo de estímulo-resposta cujas consequências podiam ser comportamentais ou cognitivas. De outro lado, as teorias de inspiração estruturalista – sob a ideia de que o sentido dos signos não depende dos indivíduos concretos

e que é fixado previamente à sua acção nas estruturas da linguagem – encorajaram a procura de sentidos ideológicos através da análise textual, supondo um leitor implícito, determinado pelas estruturas do texto.

Estas concepções da relação entre *media* e audiências são em si mesmas dados históricos, cuja proeminência em certos períodos pode ser alvo de comparação com as concepções prevalecentes nesses mesmos momentos da História entre os próprios membros das audiências. Ou alvo de comparação com as convicções que actualmente os membros da audiência têm acerca da sua relação com os *mass media* durante uma certa época.

No entanto, a desconsideração académica, até certa altura, pelas audiências enquanto entidades interpretativas fez com que hoje se situe o nascimento dos “estudos de recepção” apenas quando se equacionou os receptores como participantes na atribuição de sentido às mensagens, ou seja, quando da sua reconceptualização como intérpretes dos textos mediáticos. Isso dá-se na década de 1970, partindo do centro de estudos culturais de Birmingham, com a teoria de Stuart Hall acerca dos mecanismos de codificação e decodificação (Alasuutari, 1999; Corner, 1996).

É só neste momento que, na história das teorias da comunicação e da cultura, se inverte o menosprezo das correntes críticas pela ideia de recepção, o que corresponde ao fim da perspectiva de pura dominação e ao início de uma visão potencialmente libertadora e criativa por parte dos sujeitos da audiência.

Aquilo que passou a ser reconhecido como pesquisa de recepção, nas últimas quatro décadas, foi-se consolidando como um campo particular da investigação sobre audiências cuja matriz é atribuir aos receptores uma atividade interpretativa face aos textos mediáticos.

Perante as evoluções posteriores, o par conceptual *encoding/decoding* proposto no texto inicial de Hall (2005) passou entretanto a ser visto, não como um corte com a concepção “clássica” de comunicação de massas, mas como a substituição do modelo

estímulo-resposta por um modelo semiótico (o célebre *linguistic turn*), mantendo todavia um esquema teórico baseado no envio e recepção de mensagens com determinados efeitos (Alasuutari, 1999). A relação do receptor com a mensagem passava a enquadrar-se no chamado modelo texto-leitor, em que as estruturas textuais oferecem “leituras preferidas” e encorajam significações “dominantes”, podendo o leitor aceitá-las, negociá-las ou rejeitá-las.

Mas, sob influência pós-estruturalista, gerações seguintes de estudos de recepção vieram sustentar que não existe sentido fora da acção humana. Em crítica ao modelo texto-leitor, desenvolveu-se a ideia de que o sentido não existe independentemente da actividade interpretativa. Ou seja, que os significados de um texto são sempre, e apenas, gerados pela acção dos indivíduos e, portanto, não se encontram latentes nos textos, só nascendo pela negociação levada a cabo pelos leitores.

Desta perspectiva resulta a convicção de que só a actividade interpretativa concreta dos receptores pode fornecer sentido às formas simbólicas dos *media*. Assim, a recepção alcançou o estatuto de actividade generativa, sendo concebida como instância de produção de sentido.

Outro aspecto na evolução dos estudos de recepção foi a passagem para uma concepção de interpretação mais lata do que a de leitura de um texto mediático. A actividade interpretativa que as audiências desenvolvem a partir de um acto de recepção não se limita à descodificação das formas simbólicas presentes e liga-se frequentemente quer a outros textos, quer a experiências da vida pessoal, quer a situações de comunicação face-a-face, seguindo dinâmicas de intertextualidade e de reflexividade, cujo conjunto é o que, na verdade, indica a relevância da recepção mediática.

A operacionalização empírica desta corrente teve, evidentemente, consequências metodológicas que obedeceram à evolução do campo teórico. Logo o primeiro estudo de recepção de um

programa televisivo (Morley e Brunsdon, 1999) passou a incluir técnicas qualitativas, única metodologia capaz de captar os significados colocados na actividade de recepção, que se visa apreender através do discurso dos receptores. Depois, o afastamento do modelo texto-leitor e a valorização dos factores contextuais levou à adopção de pesquisas de inspiração etnográfica, cuja finalidade é compreender o sentido nas circunstâncias concretas em que ele é gerado pelo acto de recepção. Essa via de estudo da recepção no seu âmbito quotidiano tem sido particularmente enaltecida dentro das teorias latino-americanas e respectivos campos de pesquisa empírica (Jacks et al., 2010).

Colocar sob o prisma da investigação histórica este conjunto de premissas teóricas e metodológicas é algo que necessita de algumas considerações.

#### 4. A IMPOSSIBILIDADE DA RECONSTITUIÇÃO E A DIFICULDADE DA REINTERPRETAÇÃO

A questão fundamental que se coloca reside no facto de o campo científico definido como de estudos de recepção designar específica e rigorosamente a investigação acerca da *interpretação* de formas simbólicas oferecidas pelos *media*. Quer se considere que há significados latentes nos textos quer se defenda que, pelo contrário, eles são autonomamente gerados pelos receptores, mantém-se a premissa de a actividade de recepção, em sentido rigoroso, só se dar perante a existência de – e em relação a – textos mediáticos concretos. A consequência epistemológica que daqui se retira é que a adopção do conceito de recepção numa pesquisa empírica implica necessariamente o confronto das audiências com determinados textos, e não com entidades imprecisas como sejam um meio de comunicação ou um género mediático.

Impossibilitada que está, por definição, de observar os actos e as circunstâncias no seu próprio tempo, a pesquisa histórica pode apenas evocar essa relação, mais ou menos remota, dos receptores com determinados textos, mas nunca reconstituí-la.

Em rigor, se todo o sentido é exclusivamente gerado na actividade interpretativa havida num dado contexto específico, quaisquer pesquisas baseadas em métodos qualitativos (como as entrevistas e os grupos de foco) fora das situações “naturais” de recepção podem apenas aspirar à apreensão de novos momentos de re-significação, num novo contexto, e nunca de reprodução dos sentidos produzidos por um acto de recepção original.

Mas numa pesquisa histórica esta é uma questão que se põe com maior acuidade se o objecto de estudo pretender captar os sentidos dos textos na recepção. Isto é, se os investigadores pretenderem traçar a geração de significados a partir de formas simbólicas cuja recepção original ocorreu 50 anos antes da inquirição de membros das audiências.

Perante a alteração potencialmente profunda de contextos e de identidades dos próprios receptores, o máximo a que a investigação pode aspirar é a uma nova geração de significados, através de uma *reinterpretação* dos textos a partir de uma nova posição de sujeito, que produz discurso acerca deles.

Tomando o conceito no seu sentido estrito, a recepção é, portanto, um campo muito problemático para a pesquisa histórica a partir de fontes orais, pela impossibilidade de reconstituir significações construídas em actos de interpretação relativamente remotos.

O conjunto de entrevistas piloto efectuadas na fase exploratória de uma investigação com mulheres portuguesas de idades superiores a 70 anos, confronta-nos com vários tipos de situação no que diz respeito à actividade de recepção, rigorosamente entendida como interpretação de textos mediáticos. A sua avaliação requer que se tente definir em que consiste de facto a actividade interpretativa e se indague se ela se distingue, e em quê, de enunciados descritivos ou narrativos.

Um primeiro tipo de situação comum na nossa pesquisa é quando a rememoração se resume a apontar nomes e características de antigos programas, como acontece em relação à rádio da década de 1950:

*Havia os Serões para Trabalhadores. Era um programa de variedades, mas com assistência ao vivo. (...) Às vezes tinha uns locutores a contar umas anedotas. Mas, de uma maneira geral, era música. (...) Música ligeira. Compositores portugueses. Alguns até chegavam a ser acompanhados por uma orquestrazinha, ou pelo menos um conjunto.*

(Clotilde, 1941, secretária)

Pesquisas sobre a memória televisiva das audiências já haviam apontado a prática de as audiências citarem e recordarem programas ou eventos mediáticos sem incidirem na sua interpretação, por incapacidade ou por recusa (Bourdon, 1992). Mas em que medida se pode dizer que este tipo de enunciado não envolve interpretação?

Interpretar, segundo a tradição semiótica, corresponde a atribuir significados para além dos signos, numa actividade de leitura que pode ter níveis denotativos e conotativos (Barthes, s/d). A leitura denotativa de um texto resume-se ao seu nível descritivo, mas não deixa de implicar interpretação. Qualquer descrição de um objecto, assim como a narração de uma sequência de acções, requer opções de selecção e de saliência através do discurso, logo envolve actividade interpretativa. A leitura conotativa, por sua vez, estabelece associações com aspectos exteriores ao texto através de inferências e avaliações. Mas a indicação – extraída das entrevistas-piloto – de que rememorar objectos mediáticos remotos tende a manter o discurso em interpretações denotativas é um dado que deve fornecer pistas à pesquisa histórica da recepção.

Uma primeira ilação consiste em tomar consciência de que a pesquisa de recepção geralmente busca interpretações conotativas, sendo estas particularmente valiosas quando pretendemos perceber a importância da recepção nas biografias pessoais. A conotação de determinados textos liga-se potencialmente a reflexões sobre circunstâncias e relações sociais em que os receptores estiveram envolvidos em determinado momento.

Uma segunda pista é que as interpretações denotativas parecem ser facilmente reprodutíveis ao longo do tempo, ao passo que os significados conotativos de um texto reemergem com dificuldade. Dado que a leitura conotativa está estreitamente ligada ao contexto interpretativo, pela associação do texto com aspectos exteriores, parece natural que o desaparecimento do contexto induza um apagamento das significações construídas no acto original de recepção. Em todo o caso, pelo menos a sua verbalização não é frequente, e sem discurso é impossível identificá-las.

Uma última pista consiste em perguntar se a prevalência de interpretações denotativas não está ligada ao tipo de objectos mediáticos em causa. Certo tipo de programas de rádio ou televisão podem favorecer as interpretações denotativas devido a assentarem num fluxo de mensagens heterogéneas que se torna difícil unificar num sentido global. A evocação de mensagens com maior grau de especificidade fará emergir outro nível de significados no discurso das audiências? O material das entrevistas-piloto sugere que evocar a recepção restrita de uma canção, de um artista ou de um texto narrativo também não garante interpretações com grande espessura, mas aumenta a sua probabilidade.

*[O folhetim radiofónico “A força do destino”] Era uma história qualquer. Um melodrama, meu Deus! Uma rapariga a quem acontecia toda a espécie de desgraças. Mas toda a gente, cerca das duas da tarde, a querer ouvir.*

(Clotilde, 1941, secretária)

A tentativa de escavar interpretações conotativas implica solicitar um discurso explícito sobre as narrativas, sobre as personagens ou sobre os temas dos textos em causa. Esta solicitação continua, porém, a não obviar à produção de discursos de recepção fragmentados e pouco desenvolvidos.



*[A história do folhetim] Ela era coxinha, mas queria... será que casava, que não casava. (...) Era a família, e depois ela era coxinha, e depois o outro apaixonou-se, e a outra era má, não queria que ele fosse para a coxinha.*

(Irene, 1941, costureira)

Além de limitados, estes discursos das audiências não correspondem, como acima se disse, a uma reconstituição histórica dos atos de recepção. Indicam, isso sim, elementos constituintes da memória das audiências, ou seja, elementos que, no processo de formação dos sujeitos ao longo da sua biografia, se articularam significativamente com práticas de recepção mediática. Portanto, se a história da recepção – enquanto actividade interpretativa – é terreno problemático e inseguro, já a relação entre recepção e memória configura um campo mais fecundo para a investigação.

## 5. RECEPÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Há pontos de contacto entre as barreiras amorosas acima aludidas no folhetim radiofónico e a biografia da receptora, cuja percepção de baixo *status* impediu a concretização de um noivado? Não podemos ter a certeza, porque os dois aspectos não surgem associados no discurso, sendo referidos em momentos separados da entrevista.

No entanto, os eixos mais salientes através dos quais se vai apresentando o *self* ao longo da entrevista permitem que se analise a recepção a partir de uma matriz identitária, como pontos de um percurso que a memória articula. A partir de que eixos identitários a pessoa fala de si? Em que posições ela se coloca *hoje* como sujeito?

*O meu tio dominava, era o patriarca que dominava a família, que dava emprego, aos irmãos, aos sobrinhos... e ele mandava em tudo. Eu e a minha mãe [separada do pai] fugimos, de alguma maneira, àquele controlo, vindo a minha mãe para Lisboa e vindo viver sozinha comigo. Ela escapou a vários controlos. Aos*

*da família do meu pai, e aos da família dela, que também a queria controlar. Sozinha, com uma filha, coitadinha...*

(Cristina, 1931, professora)

Uma identidade como a de género, subjectivamente assumida neste exemplo (o patriarca e a fuga ao controlo familiar), pode ser adoptada como nó analítico, como ponto de partida em relação ao qual se avalia os discursos sobre a recepção mediática. A saliência de uma determinada identidade feminina convida, neste caso, a examinar a recepção associada a esse núcleo temático e sugere a relevância dessa recepção para o sujeito.

*Há uma música que eu cantava... que eu cantei sempre. Eu tenho péssima voz, e mau ouvido, mas cantava só para exemplo do que é o machismo, da época. E cantava aos meus alunos. Que é aquela, 'eu cá pra mim, não há maior prazer do que o selim e a mulher, rédeas na mão...' Sei a letra, era o Estêvão Amarante que cantava e eu lembro-me de o ver em palco a cantar e de isto ser transmitido em rádio, assim constantemente.*

(Cristina, 1931, professora)

Esta abordagem requer uma premissa epistemológica – a teorização das identidades na sua relação com a memória – e uma opção metodológica – a utilização da história de vida como técnica de recolha de dados empíricos.

O primeiro aspecto implica, desde logo, uma concepção construtivista da identidade do sujeito, cuja formação diacrónica é vista como multivalente e negociada através de sucessivos processos comunicacionais, onde se inserem determinados actos de recepção mediática. Este processo vai edificando, em segundo lugar, um sentido retrospectivo do sujeito, assente sobre reavaliações feitas a partir do presente que fornecem ao indivíduo moderno a sua auto-identidade como narrativa e projecto biográfico (Giddens, 2001).

Identidade e memória têm, pois, uma relação de mútua dependência: a concepção que cada indivíduo, ou grupo, tem de si próprio é sustentada pela memória; e o que esta recorda é definido pela identidade que se possui (Gillis, 1994). Assim, a prevalência de significados em relação a textos que foram alvo de antigas recepções pode ser tomada como indicador de que essas formas simbólicas fazem, de alguma forma, parte da identidade atual do sujeito, ou foram relevantes na formação de algum aspecto da sua identidade no passado. Aquilo que é guardado na memória é algo que foi integrado no património identitário do sujeito (Tonkin, 1992: 96). Mesmo os objectos culturais considerados “inautênticos” – como filmes ou séries de televisão – foram-se tornando, na contemporaneidade, “componentes integrais das estruturas de sentimento e emoção” (Sturken, 2008: 77).

Esta concepção de identidade e memória liga-se, também, a uma teoria acerca dos próprios actos comunicativos, incluindo os que, em última instância, estruturam as próprias relações de investigação, sobretudo em metodologias qualitativas. Dentro dos estudos da memória tem-se sustentado que, entre uma multiplicidade de imagens históricas que se armazena, os indivíduos escolhem sempre os aspectos que fazem mais sentido para si no tempo real da narração e narram-nos – com uma certa forma – geralmente dentro de contextos relacionais que podem ser definidos como “rememoração conversacional” (Welzer, 2010). Estes contextos relacionais são variáveis, mas neles o sujeito implica sempre uma apresentação de si (Goffman, 1985). Uma entrevista de pesquisa é um desses contextos.

O que a rememoração – e re-significação – de antigos textos podem fornecer à pesquisa sobre recepção tem sempre de ser analisado a partir da identidade actual do sujeito e valerá sobretudo pela possibilidade de traçar a presença de elementos que os *media* foram fornecendo e que foram integrados de modo significativo na sua estrutura identitária. Ao se rememorar a recepção, o “uso mnemónico dos textos” põe em evidência eixos

identitários estruturantes, como o gênero ou a classe social, e simultaneamente funciona como material que permite a negociação e a *performance* dos sujeitos relativamente às suas identidades (Keightley, 2011: 399).

Estes aspectos levantam, também, a questão das relações entre o individual e o coletivo. Desde os trabalhos do sociólogo Maurice Halbwachs na primeira metade do século xx, uma tradição nos estudos da memória vem chamando a atenção para a articulação entre memórias pessoais e memória colectiva, bem como para o papel socialmente funcional e selectiva desta e para o lugar dos *media* como instâncias centrais na sua materialização (Neiger et al., 2011). A pesquisa sobre recepção precisa de ter em conta que aquilo que os indivíduos rememoram do passado é mediado, e pode mesmo ser formado, por representações e discursos prevaletentes na esfera pública. Isto é particularmente potenciado pela existência de uma indústria cultural da memória (canais de televisão e estações de rádio “nostálgicas”, reedições de filmes e discos antigos, retrospectivas sobre os próprios *media*) que reactualiza uma panóplia de objetos do passado, renovando actos de recepção e envolvendo reinterpretações públicas.

Por outro lado, a tradição fenomenológica, ao centrar-se na consciência pessoal, oferece uma teoria sobre a experiência de vida como fluxo em sucessão contínua e sem fronteiras claras entre momentos. Alfred Schutz defendeu, por isso, que só uma atenção reflexiva em relação ao vivido – tornando-o retrospectivamente um objecto – pode levar os indivíduos a apreenderem as experiências como significativas, a porem-nas em relevo e a distinguirem-nas umas das outras (Schutz, 1970). Neste sentido, a proposta fenomenológica é inspiradora para o estudo da recepção no passado e, particularmente, para a utilização da história de vida enquanto método empírico.

Contudo, o próprio Schutz ressalva a existência de um certo tipo de experiências que o são “quando presente, mas que não podem ser alvo de reflexão ou que podem sê-lo apenas através

de apreensões extremamente vagas e cuja reprodução (...) é impossível” (Schutz: 1970: 64). A interpretação de um texto mediático em determinado momento da vida inserir-se-á nesse tipo de experiências que Schutz considera limitadas por natureza a uma posição temporal dentro do fluxo de consciência e que, uma vez passadas, não são recapturáveis como objecto.

## 6. HISTÓRIAS DE VIDA E APREENSÃO DA RECEPÇÃO NO PASSADO

O método das histórias de vida já tem sido praticado no âmbito da pesquisa histórica da recepção e do estudo da memória ligada aos *media* (Bourdon, 2011; Stacey, 1994). Um dos argumentos é a capacidade de conectar as memórias mediáticas com as da vida quotidiana, correspondendo às exigências epistemológicas de articulação entre texto e contexto características do actual paradigma teórico da recepção. Neste caso, o contexto inclui de forma decisiva as diferentes fases e ciclos de vida, sendo sabido que os indivíduos evocam e situam frequentemente antigos textos em relação com determinados momentos da vida pessoal e familiar (Bourdon, 2011).

Investigando as memórias da televisão, Bourdon utilizou um formato de história de vida que percorre de forma aberta – deixando emergir livremente as recordações das audiências – os vários ciclos de vida, para terminar com um conjunto de questões comuns acerca de eventos, programas e figuras previamente identificados a partir de documentação sobre a história da televisão e de entrevistas exploratórias (Bourdon, 2011). Anteriormente, o mesmo investigador havia usado outra metodologia, composta por uma série de sessões de entrevista com cada indivíduo, a primeira das quais dirigida para traçar uma biografia do entrevistado e apenas as subsequentes introduzindo explicitamente os aspectos mediáticos (Bourdon, 1992). Estes procedimentos merecem algumas reflexões.

A primeira reflexão tem a ver com o grau de abertura imprimido às histórias de vida, no sentido de as direccionar, ou não,

para os aspectos da recepção mediática –, de fazê-lo com maior ou menor ênfase, e numa etapa inicial ou final. Na fase piloto da nossa pesquisa testámos uma abordagem aberta e uma abordagem mais direccionada.

A abordagem aberta – que procurava obter a história de vida de uma pessoa *tout court*, e não de um receptor mediático – visava várias coisas. Por um lado, permitir a emergência de uma auto-narrativa, e por conseguinte da estrutura identitária das entrevistadas, com o menor condicionamento temático possível. Por outro lado, visava perceber o peso e o significado que a recepção mediática efectivamente tem nessa experiência narrada. Finalmente, pretendia deixar que os actos de recepção emergissem no lugar próprio da experiência dos indivíduos tal como ela é memorizada e narrada, tal como no exemplo seguinte:

*O meu marido conheci-o na praia [nos arredores de Lisboa]. Eu estava com a Milú, minha amiga desde os 15 anos, e outra que era a Odete, um bocadinho mais velha, e o meu marido apareceu com um moço e sentou-se ali ao pé de nós. Nessa altura levava assim um rádio, como hoje os... os de cor gostam, aqueles rádios grandes. Chegaram os dois, esse moço era de uma companhia de seguros, morreu num acidente, e namorava uma moça que era rica, o pai era rico, tinha uma coisa na avenida da Liberdade. Eles chegaram, o meu marido perguntou onde é que a gente estava, se estávamos de férias... Nesse tempo não havia assim grandes férias, eu do meu Rui [nascimento do filho] ao fim de três dias estava a coser à máquina. E então o meu marido chegou... Nessa altura havia o rádio-teatro, que era a Cozinha... Aquilo dava sempre às duas e meia, e depois as pessoas, ainda me lembro ali no bairro, porque assim, porque a Coxinha, porque este, casa com aquele, ou se não casa. E o meu marido chegou, então as meninas, boa tarde (...).*

(Irene, 1941, costureira)

O pudor em interferir na memória das entrevistadas – questão epistemológica subjacente a esta opção – proporcionou longas digressões por aspectos alheios aos *media* e acabou, possivelmente, por desperdiçar testemunhos e reflexões sobre o objecto central da investigação. Em vários casos, mais do que ficarem ausentes, os aspectos ligados à recepção mediática, assim que aludidos, foram rapidamente relegados para as margens do discurso, levantando dúvidas epistemológicas: A avaliação da recepção mediática, por parte dos próprios receptores, como prática trivial conduz à sua marginalização discursiva? Trata-se de aspectos que se foram desvanecendo da memória por ausência de rememoração? A sua alusão é momentânea e superficial porque não é recuperável enquanto recepção – interpretação dos textos –, mas apenas como prática social?

Mas este exemplo revela outros aspectos, inerentes às técnicas de inquirição abertas e a ter em conta em histórias de vida que procuram identificar o lugar e o significado dos *media* numa certa época e para um certo tipo de pessoas. Revela, nomeadamente, a natureza fragmentária e intercalar da memorização, que opera frequentes e bruscos vaivéns entre diferentes épocas, diferentes lugares, diferentes cenas e assuntos (a praia, o rádio, o amigo que morreu, o nascimento do filho, o trabalho de costura, a conversa no bairro sobre a novela radiofónica – tudo num curto tempo de fala). A pesquisa deve, por isso, estar preparada para enfrentar relatos que se desenvolvem mais como uma espécie de jogo em que imagem puxa imagem, do que algo em sequência cronológica e com coerência temática. Cabe aos investigadores o trabalho de organização e codificação de dados dispersos, que só depois de articulados fornecem um quadro com algum significado do ponto de vista histórico (perceber o contexto das conversas sobre a novela no bairro requer atenção a outras passagens da entrevista, em que o tema reemerge ligado a outros aspectos).

Este exemplo revela, também, a promiscuidade entre imagens do passado e representações actuais (o paralelo entre o rádio por-

tátil de um jovem português dos anos 50 e os que os rapazes “de cor” usam hoje), assim como entre recordação de factos antigos e juízos posteriores (as férias de então e o juízo, actual, da sua escassez). E revela, por fim, associações que são significativas no discurso – e portanto do ponto de vista da memória –, mas que podem ser historicamente erróneas se não verificadas por outros procedimentos de pesquisa (a difusão da novela ocorreu, na realidade, três anos antes do encontro com o marido na praia).

Por sua vez, a abordagem mais direccionada nas entrevistas manteve o objectivo de não cair no media-centrismo, mas contemplou duas estratégias alternativas para alargar e aprofundar aquilo que nas histórias de vida diz respeito a práticas de recepção. Uma delas continuou a visar uma biografia geral numa primeira fase – correspondendo à primeira das duas sessões que, em geral, se fez com cada entrevistada –, de onde se mantiveram ausentes questões explícitas sobre os *media*; e dedicou a segunda sessão à inquirição sobre as práticas de recepção correspondentes a cada uma das etapas da história de vida anteriormente narradas.

Aqui, incluiu-se o questionamento acerca de textos concretos, por exemplo, sobre programas, figuras e eventos da rádio nas décadas de 1940 e 50. Mas o uso de materiais estimuladores da interpretação – como se faz em pesquisas contemporâneas de recepção e que aqui seria possível, por exemplo, com um excerto de programa radiofónico – nunca foi incluído por acrescer riscos de recontextualização de antigos textos, desconectando-os da narrativa biográfica onde se pretende compreendê-los. A significação que interessa a uma pesquisa histórica não é a do texto em si só, mas sim a da articulação biográfica e identitária.

A outra estratégia de direccionamento da entrevista consistiu em estimular mais discurso sobre a recepção, através de questões introduzidas de forma intercalar, à medida que as referências aos *media* iam surgindo espontaneamente na narrativa biográfica. Neste caso, força-se as entrevistadas a fazerem derivas, com o



risco de se perder a estrutura de relevância que as suas memórias conferem aos acontecimentos. Mas tira-se partido do momento narrativo em que elas surgem para se introduzir questões com que se tenta captar mais sentidos interpretativos, dentro do contexto narrativo onde foi situada a experiência.

*- Ao domingo havia a Lelé e o Zequinha. Depois, quando eu já tinha 18 anos, foi o Tide. A novela do Tide, da coxinha. Isso é que era... Nessa altura fomos passar um verão a Vale de Zebro, onde a marinha tinha os paióis, e aquilo era um edifício bastante antigo, fazia uma espécie de claustro, e então à hora do almoço, estavam os praças lá a almoçar, todos a ouvir a telefonia, a coxinha do Tide (risos). Não havia ninguém que não ouvisse.*

*- Porque é que tinha esse nome?*

*- Eu já não me lembro como é que se chamava, era a coxinha do Tide porque a pequena, pronto a rapariga por quem o menino da história se tinha apaixonado era coxa (risos). Era a coxinha do Tide. Mas tinha outro nome qualquer. Toda a gente ouvia aquilo. Era a novidade. É como agora as telenovelas. Agora nem oiço telenovelas, algumas até estão bem feitas, mas depois é uma telenovela-dependência.*

(Judite, 1936, farmacêutica)

Neste exemplo, outra questão relevante na articulação das práticas de recepção com a pesquisa histórica reside nos modos de reinterpretação dos actos de recepção pelo próprio receptor a uma certa distância temporal. Esta é, por vezes, feita em modo referencial, bastando-se na alusão aos textos recebidos e seus contextos; noutras vezes, ocorre num modo meta-discursivo, em que o receptor aborda os actos para com os *media* em registo analítico ou avaliativo, elaborando um discurso acerca da própria recepção (menção ao risco de dependência do género novela por episódios).

## 7. DA INTERPRETAÇÃO DOS TEXTOS ÀS PRÁTICAS SIGNIFICATIVAS

Exemplos como os dois últimos remetem, por outro lado, para uma dupla vertente de significados que emerge em alguns estudos de recepção, como no clássico de Janice Radway sobre a leitura de romances numa comunidade interpretativa feminina. Aqui, a investigadora desdobra em dois níveis o sentido que a recepção tem para as leitoras: o significado dos actos de ler e o significado das narrativas textuais (Radway, 1991). Não existe pois uma exclusiva actividade de interpretação dos textos, mas sim duas dimensões de sentido na actividade de recepção. Isto mesmo é enfatizado pelo sociólogo John Thompson, que defende que a atenção dada aos sentidos das mensagens recebidas e interpretadas não deve ocultar a existência de significado atribuído às próprias actividades de recepção (Thompson, 1998: 400-2).

Na perspectiva da pesquisa do passado, poder-se-á dizer que um estudo de recepção clássico se arrisca a um excesso de sentido semântico, isto é, a uma demasiada focagem na actividade interpretativa que concerne à relação entre texto e leitor. Se esse viés existe em pesquisas sobre o presente, tal como o identificou John Thompson, ele torna-se um problema agravado na investigação histórica, complexificado ainda pelas questões da memória.

Retrospectivamente, os sujeitos atribuem sentido – ou seja interpretação – às antigas actividades de recepção não apenas – e, talvez, nem sequer sobretudo – enquanto significados extraídos das formas simbólicas então recebidas, mas principalmente enquanto acções que tomam significados em articulação com outras acções (de não recepção mediática), com aspirações, com períodos de vida, ou com a actual auto-reflexividade e o projecto em curso de elaboração e apresentação identitária.

*- Lembro-me de ouvir rádio em casa dos meus padrinhos. Eu tinha uma prima muito dotada para o canto, mas infelizmente o meu padrinho, que era um homem conservador, não tanto politicamente, mas do ponto de vista da moral e dos costumes*

*era muito conservador, e não deixou que ela aprendesse canto porque era uma carreira imprópria para uma menina decente. A carreira de uma menina decente era casar. Portanto, as minhas duas primas fizeram um curso geral de liceu. Terminado esse, foram aprender a bordar. Tinham aulas de bordados, de culinária e aprendiam a ser boas donas de casa, para casar, que era isso que se esperava a partir dos 18 anos.*

*- Qual era a relação da rádio com o canto da prima?*

*- Ouvia certas canções. Como ela gostava muito de cantar, e cantava muito bem, ela ligava a rádio... Quer dizer, quando o pai não estava, para ouvir canções de que nós gostávamos muito de ouvir, a minha madrinha, eu e as minhas outras primas.*

*- Que canções eram?*

*- Eram tipo Francisco José, aqueles que faziam muitos trinadinhos. De opereta. No fundo, as canções que apareciam nas operetas. E que depois se popularizaram.*

(Cristina, 1931, professora)

No conjunto de histórias de vida recolhidas, as *articulações significativas* que as próprias receptoras fazem entre actos de recepção e outros episódios do quotidiano, aspirações ou relações sociais são muito mais numerosas e ricas do que os discursos interpretativos sobre os textos mediáticos em si mesmos. O sentido substancial deste exemplo não reside nos textos, canções de opereta, mas sim na interpretação do acto da sua recepção em termos de poder patriarcal, de projectos e de destinos da condição feminina no Portugal dos anos 40.

A abordagem histórica tem, portanto, a ganhar com uma reformulação do conceito no sentido de *práticas de recepção*, pretendendo-se sublinhar a ideia de que a actividade de recepção não é apenas um acto interpretativo na acepção restrita de interpretação semântica dos textos, mas também na de interpretação como acção social, dentro de uma matriz mais vasta de outras acções sociais com as quais se articula e adquire sentido. O con-

ceito de práticas tem sido, aliás, central no redireccionamento dos estudos mediáticos, operando uma guinada da análise dos objectos culturais para a investigação das práticas da cultura (Sturken, 2008), e é precisamente como prática cultural que a actividade de recepção necessita de ser analisada do ponto de vista histórico.

Mesmo que a preocupação de uma pesquisa seja perceber os contornos ideológicos das mensagens mediáticas – o modo como elas podem servir nos contextos quotidianos para os indivíduos sustentarem ou questionarem pressupostos e relações de dominação existentes –, isso não implica que se concentre exclusivamente na recepção dos textos, negligenciando os sentidos colocados na apropriação das tecnologias, dos espaços e dos tempos em que a comunicação mediada ocorre.

Como afirma John Thompson, “as maneiras de receber as mensagens comunicativas são maneiras de agir” (1998, p. 406) e configuram inevitavelmente “práticas situadas” em determinados contextos socio-históricos, nos quais é possível investigar a variedade de modos de recepção dos *media* e o que essas acções significam para os actores.

A ideia de recepção como prática envolve, portanto, pesquisar as suas regras e convenções, os espaços e instituições em que ela se dá, as relações entre os receptores e a sua atitude face às tecnologias, em busca de um mapa histórico e social das práticas de recepção, através do qual podemos perceber como estas são culturalmente construídas, variadas e mutáveis.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, T. W. (2003), *Sobre a Indústria da Cultura*, Coimbra: Angelus Novus.
- Alasuutari, P. (1999), Introduction: Three phases of reception studies. In *Rethinking the Media Audience: The new agenda*, ed. Perti Alasuutari, Londres: Sage, 1999.
- Barthes, R. (s/d), *Elementos de Semiologia*, Lisboa: Edições 70.
- Baudrillard, J. (1995), *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*, Lisboa: Edições 70.

- Benjamin, W. (1992), A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Bourdon, J. (1992), Television and Political Memory, *Media, Culture & Society*, Vol. 14, 541-560.
- Bourdon, J. e Kligler-Vilenchik, N. (2011), Together, nevertheless? Television memories in mainstream Jewish Israel, *European Journal of Communication*. 26 (1), 33-47.
- Brecht, B. (2003), Teorías de la Radio (1927-1932), *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, Vol. V, nº 2, 5-16.
- Corner, J. (1996), Reappraising Reception: Aims, Concepts and Methods. In *Mass Media and Society*, ed. J. Curran e M. Gurevitch, Londres: Arnold, 1996.
- Flichy, P. (1994), *Storia della Comunicazione Moderna: Sphera pubblica e dimensione privata*, Bolonha: Baskerville.
- Garnham, N. (2000), *Emancipation, the Media and Modernity*, Oxford: Oxford University Press.
- Giddens, A. (2001), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta.
- Gillis, J. R. (1994), Memory and Identity: The history of a relationship. In *Commemorations: the politics of national identity*, ed. Paul Gillis, New Jersey: Princeton University Press.
- Goffman, E. (1985), *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, Petrópolis: Vozes.
- Hall, S. (2005), Encoding/Decoding. In *Culture, Media, Language*, ed. Stuart Hall et al., Londres e Nova Iorque: Routledge, 2005.
- Herzog, H. (1994), What do We Really Know about Daytime Serial Listeners?. In *Radio Research 1942-43*, ed. P. Lazarsfeld e F. N. Stanton, Nova Iorque: Duell, Sloane and Pearce.
- Hoggart, R. (1973), *Utilizações da Cultura*. Lisboa: Presença.
- Jacks, N., Knewitz, A. P. e Ribeiro, L. P. (2010), Os Rumos dos Estudos de Recepção Radiofónica: Década de 2000. *Rádio-Leituras*, nº 1, 25-43.
- Johnson, L. (1981), Radio and Everyday Life: The early years of broadcasting in Australia, 1922-1945, *Media, Culture & Society*. Nº 3, 167-178.
- Keightley, E. (2011), From Dynasty to Songs of Praise: Television as cultural resource for gendering remembering, *European Journal of Cultural Studies*. 14 (4), 395-410.

- Lasswell, H. (2002), A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In *Comunicação e Sociedade*, ed. João Pissarra Esteves, Lisboa: Livros Horizonte.
- Martín-Barbero, J. (1991), *De los media a las mediaciones: Comunicación, cultura y hegemonía*, Barcelona: Gustavo Gili.
- Moores, S. (1988), The Box on the Dresser: Memories of Early Radio and Everyday Life, *Media, Culture and Society*, Nº 10, 23-40.
- Morley, D. e Brunson, C. (1999), *The Nationwide Television Studies*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Neiger, M., Meyers, O. e Zandner, E. (eds.) (2011), *On Media Memory: Collective media in a new media age*, Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Peters, J. D. (1999), *Speaking into the Air: A history of the idea of communication*, Chicago: University of Chicago Press.
- Radway, J. A. (1991), *Reading the Romance: women, patriarchy and popular culture*, Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Ruddock, A. (2007), *Investigating Audiences*, Londres: Sage.
- Schutz, A. (1970), *On Phenomenology and Social Relations*, Chicago/Londres: University of Chicago Press.
- Shannon, C. E. (1963), *Mathematical Theory of Communication*, Urbana: University of Illinois.
- Stacey, J. (1994), *Star Gazing: Hollywood Cinema and Female Spectatorship*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Sturken, M. (2008), Memory, consumerism and media: Reflections on the emergence of the field, *Memory Studies*, Vol. 1 (1), 73-78.
- Thompson, J. B. (1998), *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*, Petrópolis: Vozes.
- Tonkin, E. (1992), *Narrating Our Pasts: The Social Construction of Oral History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Welzer, H. (2010), Re-narrations: How past change in conversational remembering, *Memory Studies*. 3 (1), 5-17.